



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000826-72.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Locação de Imóvel**
 Requerente: **NARCISO DE OLIVEIRA SENE**
 Requerido: **ERIKA CRISTINA STURARO DE ABREU**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS

NARCISO DE OLIVEIRA SENE ajuizou Ação **DE COBRANÇA** em face de **ERIKA CIRSTINA STURARO DE ABREU**, todos devidamente qualificados.

Alega o Autor, em síntese, que firmou contrato de aluguel com a ré; ocorre que a locatária desocupou o imóvel em 10/01/2014, deixando em aberto vários locativos (de julho/2013 a dezembro/2013), além dos acessórios de IPTU, SAAE e CPFL; que a locatária ainda, deixou de reparar o imóvel quando de sua desocupação, ficando a seu cargo (dele autor) a pintura do imóvel, tendo que desembolsar o valor de R\$ 49,90 para compra de lata de tinta; que o valor do débito da postulada monta em R\$ 3.952,13. Requereu, a condenação da requerida ao pagamento do montante acima mencionado.

A inicial veio instruída com documentos (fls. 04/19).

Devidamente citada, conforme fls.47 a requerida Erika ofereceu defesa a fls. 48/49. Alegou estar passando por dificuldades financeiras, por encontrar-se desempregada e ser mãe de quatro (04) filhos. Pediu o parcelamento do débito (70 parcelas no valor de R\$ 50,00).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Na réplica (fls. 57/58) o autor discordou do pedido de parcelamento. Fez contraproposta (parcelas de R\$ 250,00), com o que a ré sinalizou não poder honrar (fls. 62).

É o relatório.

DECIDO no estado em que se encontra a LIDE por entender que a cognição está completa nos moldes em que se estabilizou a controvérsia.

A avença que unia as partes está provada por documento exibido a fls. 33/37.

Com a falta de impugnação específica – art. 300 do CPC - a ré admitiu estar em débito.

Na verdade não contestou a inicial. Apenas alegou dificuldade financeira pela falta de emprego e também que é mãe de quatro (04) filhos que precisa sustentar.

O autor não concordou com o parcelamento e não está obrigado a isso.

Assim, só resta ao Juízo acolher o reclamo.

Mais, creio é desnecessário acrescentar.

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial para o fim de **condenar** a

1000826-72.2014.8.26.0566 - lauda 2



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

requerida, **ERIKA CRISTINA STURARO DE ABREU**, a pagar ao autor, **NARCISO DE OLIVEIRA SENE**, o importe de R\$ 3.952,13, tudo com correção monetária a contar do ajuizamento, mais juros de mora à taxa legal a contar da citação.

Consigno, desde já, que o **prazo de quinze (15) dias**, previstos no **art. 475-J do Código de Processo Civil** (com a redação dada pela Lei nº 11.232 de 22 de dezembro de 2005), começará a **fluir a partir do trânsito em julgado** desta decisão, **independentemente de intimação**, incidindo a multa de 10% sobre a condenação, caso não haja o cumprimento voluntário da obrigação.

Ante a sucumbência, ficam ainda as requeridas condenadas ao pagamento das custas e despesas do processo e honorários advocatícios ao patrono do autor que fixo, por equidade, em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. No entanto, deverá ser observado o disposto no art. 12 da L.A.J, vez que a postulada é agraciada com a “benesse” da JUSTIÇA GRATUITA, concedida pela decisão de fls. 59.

P. R. I.

São Carlos, aos 04 de março de 2015.

MILTON COUTINHO GORDO
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**